



Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Eunápolis - BA
ISSN 2179-2984

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA COSTA DO DESCOBRIMENTO: UM OLHAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO NEDET

Aldemir Inácio de Azevedo* - e-mail: aldemir.azevedo@ifba.edu.br.

Izélia da Silva** - e-mail: marcisilianas@hotmail.com.

Júlia Rosa Castro de Britto*** - e-mail: juliarosabritto@hotmail.com.

Levi Sena Cunha**** - e-mail: levicunha.história@gmail.com.

Lisiane Nascimento de Almeida***** - e-mail: lisii.nalmeida@gmail.com

* Dr. em Desenvolvimento Sustentável, professor do IFBA - Campus Eunápolis e Coordenador do NEDET.

** Especialista em Políticas Públicas Direitos Civis e Graduada em Serviço Social. Assessora de Mulheres do NEDET.

*** Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional. Licenciatura e Bacharelado em História. Assessora de Inclusão Produtiva do NEDET.

**** Graduado em Licenciatura em História, Assessor de Gestão Social do NEDET.

***** Graduada em Bacharelado de Turismo pela UNEB. Estagiária do NEDET.

Resumo. Este relato de experiência apresenta os resultados das atividades do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Costa do Descobrimento. A política territorial é um importante instrumento de empoderamento da sociedade, por meio dos canais de participação e de controle social. Os principais desafios são a participação, a representação dos diversos segmentos sociais e a capacidade de articulação dos interesses diversos. Para a política territorial avançar é necessário maior entrosamento entre o Estado e a sociedade civil organizada.

Palavras-Chave. gestão social, inclusão produtiva, participaVo, política territorial.

THE TERRITORIAL DEVELOPMENT POLICY ON THE COSTA DO DESCOBRIMENTO: A LOOK FROM THE EXPERIENCE OF NEDET

Abstract. This experience report presents the results of the activities of the Nucleus of Extension and Research in Territorial Development Costa do Descobrimento. Territorial politics is an important instrument for the empowerment of society, through channels of participation and social control. The main challenges are participation, representation of the various social segments and the ability to articulate diverse interests. For the territorial policy to move forward, a closer link between the State and organized civil society is needed.

Keywords: social management, productive inclusion, participation, territorial policy.

1. INTRODUÇÃO

As ações e análises apresentadas neste texto são resultados da atuação do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial - NEDET Costa do Descobrimento, vinculado

ao Instituto Federal da Bahia IFBA, Campus Eunápolis. O grupo tem desenvolvido atividades extensionistas e de pesquisa desde novembro de 2014. O escopo das ações está no assessoramento e monitoramento da política de desenvolvimento territorial, implementada pelos governos federal e do Estado da Bahia.

Segundo Favareto (2010a, p. 299), a abordagem territorial do desenvolvimento surge a partir da

descentralização das políticas e também da atividade industrial, associada à redução e ao redirecionamento da intervenção estatal, contribuíram para que [...] se instituisse um padrão em que, em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado proporcionar condições e um ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais.

Essa política se fundamenta na abordagem territorial do desenvolvimento, voltada para combater a pobreza, promover o crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida das populações rurais. As principais diretrizes são: participação da diversidade dos atores sociais, o uso de instrumentos de planejamento ascendente e a descentralização de políticas públicas. Para o seu funcionamento, organizam-se instâncias de participação, diálogo e elaboração de propostas políticas no espaço do território: colegiado territorial, câmaras temáticas, núcleo técnico e núcleo diretivo.

As ações do NEDET ocorrem no processo de assessoramento e acompanhamento dos espaços de participação da população e no monitoramento da execução da política territorial. A equipe técnica é composta por cinco membros, assumindo as seguintes funções: Coordenação, Assessoria de Gestão Social, Assessoria de Inclusão Produtiva, Assessoria de Mulheres Rurais e Estagiária. As atividades são norteadas pelo objetivo de colaborar com o processo de consolidação da abordagem territorial, estimulando e fortalecendo o processo de institucionalização da atuação do colegiado territorial e a participação dos atores sociais nas instâncias territoriais.

2. ROTEIRO METODOLÓGICO

O plano do projeto de extensão e pesquisa estabeleceu um conjunto de atividades que tem a finalidade de fortalecer o Território Costa do Descobrimento e as políticas territoriais implementadas pela União e pelo Estado da Bahia. Neste sentido, as ações que foram desenvolvidas neste período são: reuniões de trabalho e planejamento, seminários e debates, capacitações, oficinas, formulação de projetos, conferências, atividades de articulação, coleta, organização e sistematização de dados e análises de conteúdo.

Desse modo, os resultados apresentados são originários da interação dos membros da equipe com os diversos atores sociais e segmentos do territórios em variadas situações. A observação, a análise e a discussão das questões que envolvem o cotidiano do território nos momentos internos da equipe do NEDET também são relevantes para a construção desse processo reflexivo. O acesso a documentos tais como atas e projetos do território têm fornecido um material rico para avaliar a trajetória e os rumos assumidos pelos agentes territoriais.

As interações da equipe com os agentes de órgãos públicos da União e do Estado somam elementos ao processo de acompanhamento e pesquisa junto ao Território Costa do Descobrimento, por meio de informações, orientações, diretrizes e construção de mediações para a atuação in loco.

Assim, as atividades do projeto se desenrolam nessa constante dialética que permite e exige reelaboração contínua de atitudes, conceitos e orientação técnica. Além disso, a própria orientação conceitual adotada pelo Estado supõe este movimento contínuo de ação e reflexão.

3. RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Nesta seção serão apresentadas, de forma descritiva e analítica, algumas atividades desenvolvidas por cada assessoria. As descrições e análises foram separadas porque cada assessoria possui atribuições e campos de atuação distintos. Ainda assim, destacamos que as atividades de extensão e pesquisa da equipe do NEDET acontecem de forma dialogada e articulada para evitar sobreposições e somar esforços para produzir melhores resultados no âmbito da política territorial.

3.1 ASSESSORIA TERRITORIAL DE GESTÃO SOCIAL - ATGS

Uma das principais atribuições do ATGS consiste no esforço de articular as instâncias do território para realizar as propostas de trabalho previstas na política territorial, viabilizando a efetivação das políticas públicas junto as populações locais, com atenção especial para o meio rural:

As atividades contínuas de mobilização apoiadas pelo ATGS, devem sempre priorizar o público da agricultura familiar, dos assentados da reforma agrária, dos povos e comunidades tradicionais, dos jovens e das mulheres rurais, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração. (BRASIL, 2013)

Nesse contexto, é importante ressaltar que a atuação integrada entre as assessorias, principalmente entre ATGS e a Assessoria Territorial de Inclusão Produtiva - ATIP é fundamental para a efetivação das ações do NEDET junto ao território. Essa articulação tem o potencial de mobilizar e organizar os atores sociais em função do acesso às políticas públicas e do envolvimento nas instâncias de participação territorial. Além disso, conta-se com o apoio da Assessoria de Mulheres para integrar ao plano de trabalho a participação de mulheres rurais na política territorial. O fortalecimento da gestão social no território e das políticas públicas é o carro chefe da ATGS. Nessa perspectiva o apoio à composição, organização e mobilização das Câmaras Temáticas fazem parte da experiência das ações específicas desta assessoria.

O processo de estruturação das Câmaras Temáticas vem acontecendo de forma lenta, tendo sido lançado o primeiro edital para composição das mesmas no segundo semestre de 2015 e a homologação nos períodos de abril e junho de 2016. Por conta da falta de candidatos inscritos para ocupar todas as vagas em cada município, fora lançado um segundo edital em agosto de 2016, com o objetivo de completar as vaga ainda disponíveis .

Uma das preocupações da equipe é o processo de formação dos sujeitos envolvidos na construção das políticas territoriais. Visando a criação de momentos de socialização do conhecimento e a discussão em torno dos atributos e funcionamento das câmaras temáticas foi realizado o I Encontro de Câmaras Temáticas do Território da Costa do Descobrimento. O evento foi realizado no dia 07 de junho de 2016, de onde foram extraídas demandas, propostas e encaminhamentos, traduzindo as dificuldades enfrentadas no território que foram debatidas durante o evento.

Atuar nesta perspectiva significa compreender que a participação é uma

condição de êxito da política de desenvolvimento territorial: sem uma ampliação dos interesses e dos agentes envolvidos o alcance restringe-se a um único setor, tornando inclusive inócua a associação do adjetivo territorial a tais investimentos (FAVARETO, 2010b, p. 33)

No atual momento a equipe do NEDET, o Colegiado da Costa do Descobrimento junto com o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Costa do Descobrimento - CONDESC e órgãos do Estado da Bahia, tais como o Serviço Territorial para Agricultura Familiar SETAF e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional Rural do Estado da Bahia - CAR que participam na dinâmica territorial, encontram-se envolvidos na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário PTDSS. O plano tem por objetivo ser um instrumento capaz de aglutinar os interesses coletivos e orientar as ações territoriais voltadas ao desenvolvimento. A metodologia é eminentemente participativa e colaborativa, realizando oficinas e reuniões municipais com representantes dos diversos segmentos que contemplam os oito municípios do Território de Identidade da Costa do Descobrimento, no sentido de realizar um diagnóstico sobre as realidades locais. A partir desse diagnóstico, constroem-se propostas para elaboração de políticas públicas, pelos organismos do Estado, que contemplem o território, definindo objetivos, metas e estratégias relevantes para o desenvolvimento territorial.

Registra-se que entre os meses de julho e agosto de 2016, vários momentos de encontro, reuniões e oficinas aconteceram entre as organizações que compõem o Colegiado do Território Costa do Descobrimento. Foi realizada a primeira oficina para elaboração do PTDSS com uma participação expressiva de atores sociais do território, construindo um debate sobre os problemas vivenciados nos oito municípios (Eunápolis, Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália).

Outra ação desenvolvida foi a aplicação do Índice de Gestão Social IGS junto aos representantes dos grupos organizados que estão envolvidos na política territorial. O instrumento (questionário) visa levantar um conjunto de informações sobre o conhecimento e participação das populações sobre a política territorial. De um modo geral, a participação foi baixa, mesmo tendo uma agenda para cada município. Uma hipótese explicativa sobre a desmobilização e a baixa participação nessa atividade é o período em que está sendo desenvolvida, uma vez que o processo eleitoral municipal modifica a realidade local e as relações interpessoais. Boa parte das pessoas que se faz presente nessas atividades desenvolvidas pelo NEDET também tem vida ativa na política eleitoral em seus municípios.

No que se refere a análise da sistemática de funcionamento do Colegiado Territorial, observamos algumas dificuldades em relação ao processo de fomento do Desenvolvimento Sustentável do Território. São necessários mais apoio à organização e ao fortalecimento institucional dos atores sociais, principalmente para desenvolver práticas sustentáveis pela agricultura familiar e a participação dos povos e comunidades tradicionais.

3.2 ASSESSORIA TERRITORIAL DE INCLUSÃO PRODUTIVA - ATIP

O trabalho de assessoramento da inclusão produtiva vem contribuindo ativamente com os agricultores do território, com orientações e organizações para atingirem os programas e políticas de apoio rural do Estado da Bahia, como o Programa Bahia Produtiva, e Projetos do Governo Federal. Com as comunidades indígenas atuando diretamente no processo de organização da documentação e construção de planejamento das ações das entidades para elaboração dos projetos das cadeias produtivas.

A atuação envolve grupos indígenas, ciganos, pescadores, marisqueiras, agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Com estes grupos realizamos atividades voltadas para o

processo do movimento de luta pelo território, essas mulheres vão além das questões de gênero, as mesmas concentram força nas suas mobilizações no combate a violência contra a mulher, criança e adolescentes, como também na luta contra a violência no campo.

A partir desse extrato social buscamos construir um processo de rearticulação do colegiado, mobilização para uma maior participação dos membros do colegiado nas plenárias ordinárias que acontecem bimestralmente nos municípios, e construção de novas propostas, além de referendar as já existentes, nas conferências e no Plano Plurianual - PPA Participativo. Essa junção está sendo materializada no exercício de construção do PTDSS, tendo buscado em reuniões com os Secretários de Agricultura e nesses debates locais construir as novas cadeias produtivas do território.

Compreendendo a relação de dificuldades em nascer e crescer dentro dos assentamentos e das comunidades indígenas, buscamos realizar algumas ações, dentre elas as palestras e orientações sobre Quintais Produtivos. Essa troca de experiência permitiu compactuar com mulheres e jovens indígenas a criação de hortas comunitárias na Aldeia Indígena Pé do Monte. Desta forma esse processo de assessoramento às comunidades, estabelece uma relação de contribuição facilitando a expectativa de tornar-se uma agricultora familiar na realidade. Essa troca fortalece e estabelece a relação com a terra para dela tirar seu sustento.

Nas tarefas integradas com a ATGS identificamos uma dificuldade no processo de levantamento, sistematização e registro de informações para alimentar o Portal da Cidadania, bem como identificação de informações das associações que compõem o território. Devido às dificuldades enfrentadas com a falta de informações sobre as entidades, isso foi um dos principais empecilhos para mobilizar a participação nas atividades em alguns municípios. A realização do I Encontro de Câmaras Temáticas é um dos primeiros passos de compilação dessas informações, assim como um trabalho que permitiu a integração e articulação dos quatorze eixos que o território coloca como pontos importantes a serem debatidos.

O que a equipe compreende é a importância de resgatar as ações no sentido de consolidar seus objetivos, bem como os resultados alcançados dessa atuação, e suas repercussões favoráveis ao trabalho de assessoramento da Inclusão Produtiva, para a agricultura familiar, juventude e povos e comunidades tradicionais do território.

O território vem passando por estiagens recentes que atingem diretamente a agricultura familiar e complicando a realidade do produtor rural da região. Diante dos problemas observados, realizamos um Seminário sobre a seca que reuniu representantes do poder público e da sociedade civil para debater as realidades dos rios que compõem a Costa do Descobrimento.

3.3 ASSESSORIA TERRITORIAL DE MULHERES

As atribuições da Assessoria Territorial de Mulheres tem como desafios promover intercâmbio das políticas para as mulheres rurais nos oito municípios que compõem o território de identidade da Costa do Descobrimento, levando-as a se situarem no percurso das ações para reverter as desigualdades entre mulheres e homens, entre campo e cidade, entre os grandes empresários do agronegócio e a agricultura familiar e camponesa. Mais que isso, essas políticas buscam atender a diversidade das demandas e realidades de organizações sociais, culturais e econômicas de mulheres ribeirinhas, pescadoras artesanais, indígenas, quilombolas, acampadas e assentadas e tantas identidades que se afirmam como sujeitos políticos na relação com a sociedade e o Estado.

Juntamente com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial - CODETER e o Comitê de Mulheres Olga Benário, esta assessoria vem promovendo atividades para fortalecer o empoderamento das mulheres, através de oficinas (empreendedorismo e economia solidária), palestras,

encontros e seminários que abrangem assuntos relacionados a agricultura familiar, violência doméstica, saúde da mulher, entre outros. Promove discussões referentes aos projetos voltados para o fortalecimento e o empoderamento das mulheres rurais, articulando com diferentes instâncias do poder público, especialmente aquelas voltadas para atender as mulheres rurais.

Um avanço importante foi o envio de um projeto de Cozinha Itinerante para o PROINF MULHER 2016, com a finalidade de capacitar as mulheres do território para alcançar autonomia profissional e financeira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA POLÍTICA TERRITORIAL

A partir da atuação do NEDET observa-se maior conhecimento da população sobre a política territorial. Um exemplo é a formação de algumas câmaras temáticas, tais como da juventude, da reforma agrária e agricultura familiar, dos direitos humanos, entre outras, que começaram a atuar em debates e organização de atividades territoriais.

Um passo relevante foi o Estado da Bahia ter transformado a política territorial em uma política de Estado, por meio da Lei Nº 13.214/2014. As parcerias locais que fortalecem a abordagem territorial do desenvolvimento são: CONDESC, os agentes da CAR e do SETAF. A participação e colaboração das 4 instituições públicas de ensino superior e pesquisa (IFBA Campus Eunápolis e Campus Porto Seguro, UNEB e UFSB) também representa um enorme potencial para a política territorial.

Observamos alguns desafios importantes: ter lideranças capazes de articular a diversidade social em suas múltiplas expressões; construir uma visão territorial efetivamente integradora dos espaços, tais como entre o urbano e o rural/campo cidade e entre os municípios; criação de uma noção integrada das políticas públicas em suas diversas áreas de abrangência; os investimentos de recursos públicos destinados diretamente para fazer o arranjo territorial institucional funcionar ainda são extremamente reduzidos; envolver os segmentos urbanos nas instâncias de gestão social do território.

O território precisa investir esforços na sua organização interna e sistematização das informações que são relevantes. Isso envolve desde o registro de atas até os processos de democratização das informações. Faz-se necessário qualificar a participação das representações dos órgãos, entidades e grupos organizados para melhorar os resultados do trabalho do colegiado e suas demais instâncias.

Referências

BRASIL. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL-SDT. Encomenda CNPq/MDA 2013. 2013.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos avançados**, SciELO Brasil, v. 24, n. 68, p. 299–319, 2010.

FAVARETO, A. As políticas de desenvolvimento territorial rural no brasil em perspectiva—uma década de experimentações. **São Paulo: Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED)**, v. 1, p. 47–63, 2010.